



Ata nº 1/2024
20 de janeiro de 2024

----- Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu o Conselho Geral (CG) do Instituto Politécnico de Coimbra (IPC), em sessão ordinária, nos Serviços Centrais do IPC, presidido pela sua Presidente, Maria Manuel Leitão Marques. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros que assinaram a folha de presenças anexa a esta ata (Doc. 1) e, na qualidade de convidados e sem direito a voto, o Presidente do IPC (PIPC), Jorge Conde, o Presidente da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), Rui Amaro, o Presidente do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), Alexandre Silva, o Presidente do Instituto Superior de Engenharia, Mário Velindro, o Vice-Presidente da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra (ESTeSC), Telmo Pereira, em substituição do Presidente, a Diretora do Instituto de Investigação Aplicada do IPC (i2A), Marta Henriques, e o Administrador dos Serviços de Ação Social do IPC (SASIPC), João Lobato. Participaram ainda na reunião, por videoconferência (<https://videoconferencolibri.zoom.us/j/96079869130>) os conselheiros Maria do Rosário Gambôa, Marisa Toste e Patrícia Vieira. Justificaram a sua ausência, até à hora de início da reunião, os conselheiros Ana Lúcia Baltazar, Eduardo Natividade, Lídia Pereira, José Manuel Portugal, Pedro Machado, Pedro Pinto Bravo e Rui Gonçalves (Doc. 2). -----

----- A ordem de trabalhos (OT) foi a seguinte: -----

----- **A) INFORMAÇÕES:** -----

----- **Ponto 1 – Informações;** -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Cooptação de personalidade para integrar o Conselho Geral;** -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento do IPC e dos SAS para 2024;** -----

----- **C) OUTROS ASSUNTOS:** -----

----- **Ponto 4 - Outros assuntos.** -----

----- Verificando-se a existência de quórum, a Presidente do Conselho Geral (PCG), Maria Manuel Leitão Marques, cumprimentou os conselheiros e os convidados presentes e deu início à reunião. -----

----- **A) INFORMAÇÕES** -----

----- **Ponto 1 – Informações.** Não havendo informações a prestar passou-se ao ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **B) DELIBERAÇÕES:** -----

----- **Ponto 2 – Cooptação de personalidade para integrar o Conselho Geral.** Foi apresentada a proposta do Dr. José Pedro da Silva Rodrigues Soares, subscrita por 13 membros internos do CG (Doc. 3). Realizada a votação por escrutínio secreto, apenas com a participação dos membros internos do CG a participar presencialmente na reunião (com a retificação do nome impresso no boletim de voto, de José Pedro Costa para José Pedro Soares), foi obtido o seguinte resultado: votos a favor: 17 (dezasete) votos; votos contra: 0 (zero) votos; abstenções: 0 (zero) votos. Em face do resultado, a proposta de cooptação do Dr. José Pedro da Silva Rodrigues Soares foi aprovada por maioria absoluta dos membros internos do CG, pelo que o PIPC irá endereçar o convite para que este integre o CG. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação do Plano de Atividades e Orçamento do IPC e dos SAS para 2024.** A PCG deu a palavra ao PIPC para apresentar este ponto (Doc. 4). O PIPC fez a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2024 (PA) e dos principais indicadores associados, bem como o ponto de situação dos investimentos em curso. Seguidamente a PCG deu a palavra aos conselheiros e convidados. Interveio o conselheiro Silvino Capitão que saudou o modelo de documento apresentado e colocou duas questões ao PIPC: a estratégia de longo prazo para mitigar a taxa de docentes com idade superior a 50 anos que permita a renovação do corpo docente, que não está contemplada neste orçamento, e a ênfase do fiscal único sobre a redução das verbas do PRR. De seguida interveio o conselheiro Tiago Estevão Martins que começou por agradecer a exposição do PIPC e a documentação disponibilizada e evidenciou os desafios colocados ao IPC pela imprevisibilidade política que pode condicionar a revisão do RJIES e da fórmula de financiamento das instituições de ensino superior (IES). Destacou a valorização do número de diplomados na fórmula de financiamento, que exige uma adaptação não apenas ao nível dos indicadores, mas também em termos da qualidade desses mesmos indicadores. Referiu também que há uma dimensão a que o IPC tem acesso e que pode e deve melhorar, que é a oferta de formação para os trabalhadores-estudantes. A PCG manifestou a sua preocupação com o abandono escolar, referindo ser necessário um trabalho profundo da parte do IPC para perceber o que leva os nossos alunos a abandonarem os estudos. Tomou a palavra a conselheira Cristina Agreira que enfatizou as dificuldades financeiras como a principal causa para o abandono escolar, sendo este um problema transversal a todo o ensino superior. Manifestou ainda a sua preocupação com o facto de não haver uma passagem de testemunho dos docentes que estão a atingir a idade da reforma para os novos docentes. Seguidamente interveio o conselheiro António Rosa que questionou o PIPC sobre a situação das instalações do Polo 2 da ESEC. A conselheira Maria do Rosário Campos reforçou a situação difícil do Polo 2 e referiu que também o Polo 1 já tem problemas identificados há muito tempo e que este PA não contempla a resolução destes



problemas. De seguida interveio a conselheira Carla Matos Silva que começou por parabenizar o PIPC pela clareza do documento, após o que salientou a questão do abandono escolar e a necessidade de saber as suas causas a fim de estabelecer uma estratégia para colmatar este problema. Manifestou a sua preocupação com a questão financeira que acaba por agravar os problemas de saúde mental que estão a crescer de forma muito acentuada. Questionou também o PIPC se há alguma iniciativa ao nível dos Politécnicos para alterar a lei de fixação de vagas que nos faz perder alunos e financiamento. Concluídas as intervenções, tomou a palavra o PIPC para prestar os esclarecimentos solicitados. Relativamente à idade do corpo docente informou que o levantamento está feito e que existe uma medida extraordinária do Governo, FCT-Tenure, com apoio financeiro à contratação de docentes e investigadores, a que nos iremos candidatar. No que diz respeito às verbas do PRR, informou que temos aprovados 40 milhões, mas que a DGO mandou desinscrever 21 milhões no final do ano, estando convicto que a verba será reposta a curto prazo. Quanto ao RIIES e à fórmula de financiamento, acredita que a revisão vai prosseguir independentemente da conjuntura política. O PIPC partilhou da preocupação com a limitação de vagas para os estudantes internacionais e dos regimes especiais, que impede claramente o crescimento nas licenciaturas. No que diz respeito aos trabalhadores-estudantes, informou que temos cada vez menos cursos, mas porque também há menos procura, tendo referido a necessidade de procurar outras alternativas como a parceria estabelecida com a Deloitte, em que a parte prática do curso é remunerada, que se está a tentar replicar com outras entidades. Em relação ao abandono escolar o PIPC afirmou que a situação do IPC não é calamitosa, acompanhando os valores verificados nas outras IES, que tem sido feito um esforço muito grande para que a componente financeira não seja um problema, e que para além das bolsas da DGES temos o fundo NEXT e o nosso fundo próprio A2ES. Informou ainda que o IPC vai apresentar candidaturas ao Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono no Ensino Superior e ao Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior. Quanto às instalações, o PIPC referiu que tem que haver prioridades e que há outras Escolas com condições piores do que o Pólo 1 da ESEC e que, relativamente ao Polo 2 a intenção será fechar o edifício, estando a procurar soluções alternativas junto da Câmara de Coimbra. Seguidamente, a PCG deu novamente a palavra aos conselheiros e convidados. Interveio o conselheiro António Leal que elogiou o documento apresentado e salientou a pertinência das questões anteriormente levantadas, tendo reforçado a questão do abandono escolar e das dificuldades financeiras dos alunos, reconhecendo que muitas vezes não se atua porque os alunos não comunicam as suas situações aos Serviços de Ação Social, bem como o problema das instalações da ESEC. Referiu ainda que muitos alunos que não conseguem vaga nos cursos diurnos, candidatam-se aos cursos noturnos, retirando as vagas aos estudantes-



trabalhadores. Tomou a palavra o conselheiro Jorge Barreiros referindo, a propósito do abandono escolar, que aquilo que lhe foi reportado é que houve um enorme aumento da procura dos serviços de apoio por questões de saúde mental após a pandemia. Ainda sobre o abandono escolar, salientou que a questão da eficiência está ligada com o excesso de alunos à entrada o que provoca um acumular de alunos com dificuldades e a retenção destes alunos. De seguida interveio o Presidente do ISEC que partilhou das preocupações com o insucesso escolar e alertou que a questão da saúde mental se deve estender aos professores e não apenas aos alunos. A PCG deu de novo a palavra ao PIPC para prestar os esclarecimentos solicitados. O PIPC informou que IPC tem uma vasta equipa composta por psicólogas e um psiquiatra para atender os alunos, evidenciando também o protocolo com os CHUC para encaminhamento quando necessário. Referiu que apesar disso há casos que não são detetáveis, sendo pedido um esforço aos professores, não docentes e colegas para que sinalizem estas situações. Em relação ao ensino pós-laboral informou que o IPC já sugeriu à DGES que altere os cursos pós-laborais para concursos locais. Seguidamente interveio o conselheiro Fernando Belfo que agradeceu a apresentação e esclarecimentos prestados, considerando que o PA está em linha com o plano estratégico, havendo uma coerência que facilita a sua leitura, e que está de acordo com maioria das opções estratégicas que se materializam neste documento. Não obstante reconhecer que tem havido uma grande vontade de investir, preocupam-no os atrasos em alguns projetos. Quanto às questões orçamentais referiu que seria importante o desdobrar do orçamento pelas várias UO e que se verifica um ligeiro recuo na receita, questionando se é preocupante. O conselheiro António Rosa insistiu no problema do Polo 2 da ESEC e questionou sobre a possibilidade da compra de um edifício. Retomou a palavra o PIPC, que informou haver um projeto para construir uma nova cantina na ESEC, libertando espaço da atual cantina para as aulas de Arte e Design, e um novo edifício no Polo 1 para as restantes aulas atualmente lecionadas no polo 2, o qual não foi ainda possível concretizar por falta de verba. Referiu também que há 5 milhões de verbas do PRR para o Programa Impulsos que não estão a ser aproveitados por algumas Escolas, e que permitem o pagamento de bolsas para propinas, para deslocações, contratação de recursos humanos e aquisição de equipamento, correndo o risco de serem devolvidos se não forem executados. Encerrada a discussão, a PCG recordou os membros presentes que a aprovação do PA carece de parecer dos Elementos Externos (EE) do CG, e agradeceu ao conselheiro Carlos Santos a elaboração do parecer, o qual foi aprovado por unanimidade dos EE (Doc.5). De seguida a PCG colocou o Plano de Atividades e Orçamento do IPC e dos SAS para 2024 a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos membros presentes. -----

----- Ponto 4 – Outros assuntos. Não foram discutidos outros assuntos. -----

----- Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de ter sido circulada por todos os conselheiros presentes e por eles aprovada, é assinada pela Presidente do Conselho Geral e por mim, Ana Cristina Abreu, que a secretariei. -----

Ana Cristina Abreu